



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17059 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 07 - Alfabetização, Leitura e Escrita

**O PROGRAMA “TEMPO DE APRENDER”: FORMAÇÃO CONTINUADA OU INSTRUÇÃO PROGRAMADA?**

Janaína Soares Martins Lapuente - FURG - Universidade Federal do Rio Grande

Carmen Regina Gonçalves Ferreira - FURG/PPGEDU - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Barbara Cordeiro Borges - FURG/PPGEDU - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

### **O PROGRAMA “TEMPO DE APRENDER”: FORMAÇÃO CONTINUADA OU INSTRUÇÃO PROGRAMADA?**

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo conhecer as concepções de seis professoras alfabetizadoras sobre formação continuada em práticas de alfabetização do programa “Tempo de Aprender” e a utilização dos recursos didáticos em turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, em escolas da rede pública de dois municípios do sul, do Rio Grande do Sul. A formação idealizada pela Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação, integrou a Política Nacional de Alfabetização instituída pelo/no governo Bolsonaro (2019-2022). A pesquisa qualitativa que recorreu a análise documental, ao grupo focal, a entrevista e à análise de conteúdo, como instrumentos metodológicos de produção e tratamento dos dados. Os dados indicam que o curso adota uma instrução programada com passos rígidos que devem ser seguidos pelas professoras e crianças que desconsidera as diferentes realidades e contextos das escolas brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alfabetização. Política Nacional de Alfabetização. Formação de Professores.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa nacional, criada em 2020, com o intuito de investigar o Ensino Remoto Emergencial (ERE), decorrente da pandemia da covid-19 e a Política Nacional de Alfabetização (PNA) instituída pelo/no Governo Bolsonaro (2019-202) e, recentemente, revogada pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023 (artigo 37) que instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Neste texto, apresentamos os dados referentes a recepção da PNA pelas docentes que participaram da formação continuada em práticas de alfabetização do programa “Tempo de Aprender”, instituído pela Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020 (Brasil, 2020), idealizado pela Secretaria de Alfabetização, do Ministério da Educação (MEC). O trabalho tem como objetivo conhecer as concepções de seis professoras sobre o referido Curso e a utilização dos recursos didáticos em turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, em escolas da rede pública, de dois municípios do sul, do Rio Grande do Sul (RS).

A formação continuada em práticas de alfabetização do programa “Tempo de Aprender” também denominada Curso *On-line* Práticas de Alfabetização, foi instituída com o discurso de enfrentar as principais causas das deficiências da alfabetização no país (Brasil, 2020). O público alvo prioritário são as professoras que atuam na Educação Infantil (último ano da pré-escola) e no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental.

A PNA foi implementada sem diálogo com os professores, pesquisadores e entidades científicas do campo da educação, desconsiderando as contribuições teórico-metodológicas e a pluralidade das pesquisas brasileiras produzidas no campo da alfabetização, nos últimos 40 anos. Diante disso, a Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF) emitiu um posicionamento frente ao programa “Tempo de Aprender”, apontando críticas quanto ao discurso unilateral e a visão estreita e sectária da PNA em relação ao campo educacional.

Embora o Decreto que instituiu a política tenha sido revogado, os efeitos das ações dela decorrentes reverberam nas práticas pedagógicas e na formação de professores, seja pela execução de Programas como o “Tempo de Aprender” ou pela utilização aplicativos, como o Graphogame e/ou materiais didáticos que seguem os princípios da PNA (Barros-Mendes et al., 2024).

Diante disso, foi proposto um estudo qualitativo (Bogdan; Biklen, 1994) com um grupo de seis professoras que lecionavam do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, em escolas da rede pública municipal e estadual, de dois municípios do sul do RS, buscando compreender e problematizar as narrativas docentes sobre a proposta e os materiais da formação continuada do “Tempo de Aprender”.

Como procedimentos metodológicos recorreremos a análise documental (Moreira, 2005) para examinar os documentos, materiais e videoaulas do programa “Tempo de Aprender” e ao grupo focal (Gatti, 2005, p.12), entendido como "uma técnica de levantamento de dados que se produz pela dinâmica interacional de um grupo de pessoas". O contato com as professoras foi realizado por *e-mail* e *WhatsApp*, verificando o interesse e a disponibilidade de participarem da pesquisa.

O grupo focal ocorreu pela plataforma *Meet*, totalizando três encontros entre os meses de junho e julho de 2021, com uma hora de duração cada um. Os encontros foram realizados a partir de um roteiro que versou sobre as seguintes temáticas: adesão e conhecimento sobre a PNA e o curso do “Tempo de Aprender” (28/06/2021); concepção de alfabetização e

documentos oficiais da formação continuada (05/07/2021); recursos e materiais disponibilizados na formação (12/07/2021).

Os encontros foram gravados e transcritos com o consentimento das professoras que assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, autorizando a divulgação dos dados para fins de pesquisa. Com o intuito de manter o anonimato, as professoras(P) serão referenciadas, ao longo do texto, pela letra inicial do seu nome, acompanhadas da informação sobre o ano escolar e a data da realização do grupo focal (GF) ou da entrevista (E).

Além dos dados produzidos nos encontros, realizamos uma entrevista com a PP, que atuava em 2022, com uma turma do 1º ano, com o intuito de compreender de forma mais detalhada a utilização dos recursos didáticos da formação do “Tempo de Aprender” no cotidiano escolar.

Com base na análise de conteúdo realizamos o tratamento dos dados “em torno de três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência, e a interpretação” (Bardin, 1977, p. 95). Desse modo, apresentamos a seguir uma breve apresentação da formação do “Tempo de Aprender” e, na continuidade do texto, a narrativa das professoras sobre o referido Curso.

A formação continuada em práticas de alfabetização do programa “Tempo de Aprender” ocorreu na modalidade *on-line* e foi disponibilizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem do MEC (AVAMEC), com a carga horária de 30 horas, organizada em oito módulos que possuem estratégias de ensino, cartazes, fichas e atividades, além de 47 videoaulas desenvolvidas com o suporte do Sistema *On-line* de Recursos para Alfabetização (SORA).

A estrutura do curso segue os princípios do *Relatório National Reading Panel* e de outros estudos internacionais que defendem cinco pilares para uma alfabetização de qualidade: “a consciência fonêmica, a instrução fônica sistemática, a fluência de leitura, o vocabulário e a compreensão de textos” (Brasil, 2019, p. 16).

A centralidade dos estudos internacionais causou estranheza às professoras que participaram do grupo focal, já que as mesmas possuem experiência de mais de cinco anos no campo da alfabetização e já participaram de outras formações como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), como podemos observar no excerto abaixo:

Um aspecto que me incomodou bastante ao longo do curso, é sempre assim “Ah de acordo com tal material”. Eles sempre enfatizam que o curso é baseado na ciência, inclusive no “Tempo de Aprender”. A única referência que eles utilizam no “Tempo de Aprender” é aquele *National Reading Panel*. Enfim, aí parece que aqui no Brasil a gente não produz conhecimento de relevância as meninas [professoras do grupo focal] já citaram Artur Gomes de Moraes, Magda Soares. Tem muita gente boa produzindo conhecimento como no PNAIC [...] e parece que no decorrer do curso não tem [...] (PR, 2º ano, GF 05/07/2021).

Conforme destacou a professora no excerto acima, o discurso recorrente enfatizando os estudos internacionais de caráter experimental e probabilístico são observados ao longo das

videoaulas.

O curso do “Tempo de Aprender” defende o método fônico e o ensino explícito e sistemático, pautado especialmente nas habilidades de segmentação, substituição e síntese de sons. As aulas, embora tenham estratégias de ensino diferentes, ocorrem por meio da repetição das mesmas etapas: 1º) professor explica e demonstra; 2º) professor e alunos praticam juntos; 3º) alunos praticam em conjunto; 4º) prática individual.

De acordo com as professoras as orientações e os materiais disponibilizados no Curso seguem uma “receita pronta” de formação de professores para legitimar uma metodologia única de alfabetização para o Brasil” (PR, 2º ano, GF12/07/2021), com “um protocolo muito engessado” (PM, 1º e 2º anos, GF 05/07/2021) que desconsidera “a realidade das escolas e das turmas de alfabetização” (PP, 1º ano, GF 05/07/2021).

Os depoimentos acima apontam uma forte “didatização” do “Tempo de Aprender”, buscando conduzir a aplicação, por parte das professoras e crianças, das atividades indicadas passo a passo. Desse modo, os conceitos e imagens veiculados são apresentados em infográficos, com textos sintéticos visando à retomada das informações e as etapas das aulas.

Sobre esses aspectos as professoras apontam questões bem importantes, dentre elas destacamos a fala da PM (1º e 2º anos, GF 05/07/2021) “Eu não sigo aqueles passos rígidos deles, não sigo”. Já a PR (2º ano, GF 12/07/2021) aborda a sua preocupação em relação à formação: “Então o meu medo com o “Tempo de Aprender” é que ele te dá uma receita pronta, faça isso e vai dar tudo certo, e a gente sabe que não vai” (2º ano, GF 12/07/2021).

A respeito da utilização dos recursos pedagógicos da formação em turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, a maioria das professoras avalia que a proposta é “descontextualizada” e “engessada” e que dificilmente poderia ser utilizada, já que não representa a diversidade das escolas das diferentes regiões brasileiras, conforme o excerto da entrevista com a PP.

Não consegui seguir o roteiro do curso porque não consigo trabalhar de forma engessada. Planejo minhas aulas todos os dias, mas nem sempre tudo acontece conforme o esperado. Às vezes em uma conversa com a turma o plano é direcionado para outro enfoque. Mas nas videoaulas do “Tempo de Aprender” tudo acontece bem certinho. Sala de aula organizada, limpinha, crianças sentadas uma atrás das outras, bem arrumadas de uniforme, esperando sua vez de falar. No início do Curso ficava pensando: “Nossa! Que legal! É a turma dos sonhos!” Mas depois fui me dando conta que as crianças pareciam um robô em sala de aula [...]. E as aulas, tudo soltas! Não tinham pé nem cabeça, cada aula com um assunto diferente. Não trabalho assim! (PP, 1º ano, E. 22/07/2022).

A partir da análise das videoaulas e da narrativa da alfabetizadora foi possível inferir que a PNA está ancorada em uma perspectiva médico-higienista, que pretende “cuidar, higienizar e civilizar” (Larocca; Marques, 2010, p. 647) as infâncias. Conforme Elias (1994), esse discurso codifica normas de conduta, condiciona, adentra e atua no autocontrole dos indivíduos vislumbrando o progresso nacional. Tal posicionamento não é neutro e, certamente, faz parte de alinhamento ao “progresso científico e metodológico” e melhoria da

qualidade e a eficácia da alfabetização no Brasil (Mortatti (2019, p. 27, grifo da autora).

Além dos aspectos destacados, também observamos que as professoras utilizaram alguns materiais e recursos disponibilizados no curso realizando adaptações e “recontextualizações” (Bernstein, 1996) ao cotidiano da sala de aula. As narrativas do grupo focal e da entrevista evidenciam tais aspectos:

Utilizei algumas em brincadeiras com rimas, por que lá eles têm consciência de rimas de aliterações sons iniciais e finais então essas foram as que eu consegui utilizar até agora [...]. Eu trabalho as rimas, mas de uma maneira adaptada, vamos dizer assim. Eu não sigo aqueles passos rígidos (PM, 1º e 2º anos, GF 05/07/2021).

Uso algumas práticas do curso tipo leitura compartilhada, leitura independente, mas tudo muito adaptado dentro da realidade da minha sala de aula. Os cartazes por exemplo, estão todos prontos é só baixar e imprimir, mas eu gosto de construir os cartazes com meus alunos (PP, 1º ano, E. 22/07/2022).

Diante do que foi evidenciado pelas docentes, a formação do “Tempo de Aprender” apresenta uma sala de aula irreal, com atividades descontextualizadas e pouco significativas para o trabalho em turmas de alfabetização. Desse modo, as docentes usam parte do material com algumas variações, mostrando a “artesanaria” e o espaço de recriação das alfabetizadoras no contexto escolar. Por fim, os dados do estudo indicam uma perspectiva reducionista do curso, por meio de instrução programada, com etapas e materiais previamente determinados.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 1977.

BARROS-MENDES, Adelma das Neves Nunes; *et.al.* In: MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes; BARROS-MENDES, Adelma das Neves Nunes; SANTOS, Adriana Cavalcanti; TASSONI, Elvira Cristina Martins; NOGUEIRA, Gabriela Medeiros; FILHO, Lourival José Martins; RODRIGUES, Silvia de Fátima Pilegi (orgs.). **Retratos da alfabetização no pós-pandemia: resultados de uma pesquisa em rede**. Curitiba: CRV, 2024, p. 133-149.

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos**. Porto: Porto Ed., 1994

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Alfabetização, Brasília: MEC, 2019a. (Revogado pelo Decreto n. 11.556, de 2023).

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020**. Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização no âmbito do Governo Federal. Brasília: MEC, 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-280-de-19-de-fevereiro-de-2020-244584539>. Acesso em 12 mar. 2020.

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União. 13 jun. 2023.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge

Zahar, 1994. v.1.

GATTI, Bernardete. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber livro, 2005.

LAROCCA, Liliana Müller; MARQUES, Vera Regina Beltrão. Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937). **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 14, p. 647-660, 2010.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Brasil, 2091: notas sobre a Política Nacional de Alfabetização. **Olhares - Revista Eletrônica da Unifesp**, v. 7, n. 3, nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares>. Acesso em: 5 nov. 2020.